

**Tensões nas fronteiras do Cabo Norte:
personagens e ações (1760-1803)**

Tensions at the borders of the Northern Cape:
characters and actions (1760-1803)

Ênio José Brito*

Resumo

O presente artigo revisita a tese de Paulo Marcelo Cambraia Costa, intitulada, *Em verdes labirintos: a construção social da fronteira franco-portuguesa (1760-1803)*, com o propósito de dar a conhecer seu conteúdo e suas contribuições para a historiografia, em especial, para uma compreensão mais refinada da fronteira franco-portuguesa, no Cabo Norte.

Palavras-chave: Grão-Pará. Guiana Francesa. Fronteira. Mocambos. Rio Amazonas.

Abstract

This article revisits the thesis of Paulo Marcelo Cambraia Costa, entitled, *In green labyrinths: the social construction of the French-Portuguese border (1760-1803)*, with the purpose of making known its content and its contributions to historiography, in particular, for a more refined understanding of the French-Portuguese border in the Northern Cape.

Keyword: Grão-Pará. French Guiana. Frontier. Mocambos. Amazonas River.

* Professor Titular do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciência da Religião da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Coordenador do Grupo de Pesquisa “Imaginário Religioso Brasileiro (Veredas)” e Vice-coordenador do Centro de Estudos Culturais Africanos e da Diáspora (CECAFRO-PUC). Editor da Revista Último Andar. E-mail: brbrito@uol.com.br.

Introdução

Recentemente, participei de uma banca de doutorado e outra de mestrado, que tinham como tema uma das muitas comunidades quilombola do Amapá, o Quilombo Mel da Pedreira, que é um Quilombo presbiteriano. A tese de doutorado defendida no Programa de Psicologia Clínica da PUC-SP versava sobre o trauma geracional relacionado com a experiência diaspórica, e a de Mestrado defendida na Universidade Mackenzie, no Programa de Ciências da Religião, tratava das relações entre conversão e identidade. Recentemente, tive oportunidade de ler vários trabalhos sobre o Amapá, um dos que mais apreciei foi o da psicopedagoga Piedade Lino Videira: *Marabaixo, dança afrodescendente: significando a identidade étnica do negro amapaense*.

Com o convite para participar da arguição da tese de Doutorado de Paulo Marcelo Cambraia da Costa, intitulada *Em verdes labirintos: a construção social da fronteira-portuguesa (1760-1803)*,¹ voltei ao Amapá, tendo a oportunidade de ampliar o conhecimento sobre o passado das terras do Cabo Norte. E entender um pouco mais do presente do Estado.

1. Realces e Observações Gerais

A tese recoloca em pauta o passado colonial da Amazônia, o olhar para seu cenário fronteiriço, dinâmico e movediço, tão pouco conhecido, especialmente, no centro sul do país, além de voltar-se para a contribuição dos indivíduos e grupos, os sujeitos históricos no âmbito político, militar e econômico (COSTA, 2018, p. 14).² Importante, o esforço feito para iluminar as várias faces da fronteira (p. 23) e ainda, ter apontado para a presença indígena, sem esquecer da presença negra na Amazônia, tantas vezes negada.

Primeiro uma palavra sobre o *Resumo* e a *Introdução*. O resumo de perfil descritivo, brevíssimo, penso que não dá conta da riqueza da pesquisa. Merece ser retrabalhado numa perspectiva mais analítica, apontando para a linha interpretativa que assume e que abre a possibilidade de focar o âmbito local com seus agentes (p. 10). A menção feita às várias Amazônias (p. 222), pode ser oferecida ao leitor já no resumo, seguida da explicitação que a tese se propõe a estudar a Amazônia, situada na foz setentrional do Rio Amazonas, nas terras do Cabo Norte.

Na *Introdução*, o autor apresenta um amplo estado da arte, que contribui para situar a tese dentro de uma linhagem histórica, além de indicar claramente os objetivos da pesquisa.

Nossa tese pretende, assim, acompanhar a movimentação na fronteira entre a Capitania do Grão-Pará e a Guiana Francesa, evidenciando as ações do Estado português e dos sujeitos históricos, principalmente dos escravos fugidos, que por vezes subvertiam as ordens impostas pelas autoridades, destacando de que modo a ação dos governados impôs limites e levou os representantes a mudarem suas estratégias de controle nas três últimas décadas do século XVIII, assim como evidenciando as disputas entre os governos de Belém e Caiena pela manutenção e alargamento de seus domínios naquele território localizado entre os rios Oiapoque e Araguari (p. 21).

Deixa claro o que irá problematizar, isto é, as ações: do Estado Português; dos sujeitos históricos, dos governos locais e seus limites e das disputas no século XVIII dos Governos de Belém e Caiena.

Como no texto o autor faz menção à inovadora pesquisa de Vicente Salles, lembro que um dos melhores estudos sobre sua obra é a tese de Roseana Silveira de Souza, intitulada: *“O cidadão e a Poranga: A peleja de Vicente Salles contra a exclusão do negro na História do Pará (2014).*

Ainda na *Introdução*, temos uma referência ao Diretório dos Índios (p. 12), por ser um texto pouco estudado e pouco conhecido, mas importante para implantação da nova política portuguesa, para garantir a presença efetiva de Portugal no Vale Amazônico e ajudar na compreensão de problemas futuros no âmbito do processos de colonização, merece ser mais comentado. Fica a indicação do trabalho de Rita Heloisa de Almeida. *O Diretório dos Índios. Um projeto de civilização no Brasil do século XVIII* pode ser útil (ALMEIDA, 1990).

Um breve comentário sobre a estrutura da tese, o autor nos diz que os capítulos não possuem uma narrativa sequenciada, mas um conjunto de temas correlatos às fronteiras do Cabo Norte nas últimas décadas do século XVIII (p. 24). Pessoalmente, a opção me agrada, pois desafia o seu leitor a constelar as informações e fazer inferências.

2. Apresentando os capítulos

O capítulo primeiro intitulado *“Nesses extensos campos todos cortados por rios, o perigo é essa Capitania ficar sem escravos”*, tem um perfil propedêutico, nele nos é apresentado o cenário das políticas de defesa do território ultramarino português nas fronteiras do Grão-Pará com a Guiana Francesa, no último quartel do século XVIII (p. 29).

A discussão se concentrará especialmente na administração dos secretários de Estado da Marinha e Domínio Ultramarino, Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro marquês de Pombal (1750-1777), e Rodrigo de Souza Coutinho (1796-1803), considerados pela historiografia luso-brasileira os dois mais significativos representantes do reformismo ilustrado português, que preponderou na segunda metade do século XVIII” (p. 29).

Apresentação realizada em quatro passos: no primeiro, revisita as orientações emanadas da Metrópole pelo Marques de Pombal e seu substituto Rodrigo Coutinho para as políticas fronteiriças (p. 57); no segundo, as preocupações dos governos locais, sinalizando a distância entre os acordos diplomáticos e a realidade local; no terceiro, as disputas fronteiriças e as dificuldades em garantir a posse da terra (p. 56), devido a inúmeros problemas, em especial, a fuga dos escravizados e dos mocambos e, finalmente, apresenta breves considerações sobre a colonização do território da Guiana Francesa e sobre as tensas relações de fronteira. Um levantamento cuidadoso da correspondência entre os Governadores e a Metrópole alinhava estes tópicos.

Um parêntesis, durante a leitura do capítulo me lembrei de um célebre romance *O deserto dos tártaros* (1940), obra-prima de Dino Buzzati que conta a história de jovens oficiais que consomem toda a sua existência em uma solitária fortaleza de fronteira, esperando em vão o ataque dos tártaros. Parece com a invasão francesa que não acontecia, pois, a região não teve guerra, mas ameaça silenciosa insidiosa, que pedia cautela, prevenção, prudência, suspeita, vigilância e observação (BUZZATI, 1984).

O capítulo deixou claro que a Amazônia foi o território mais atingido pela intervenção política pombalina e de seu sucessor Rodrigo de Souza, que buscaram implementar um novo modelo de colonização, que desse soberania efetiva da região. Estamos diante de inovações na maneira como a Coroa Portuguesa governaria o complexo Atlântico, em especial a Amazônia. Entre os pontos fortes desse processo temos: a reestruturação político-administrativa da Amazônia; a ocupação e defesa territorial; a disputa pelo território (rios Oiapoque e Araguari); a militarização das terras do Cabo Norte e o desmantelamento do sistema de Missões religiosas em Vilas/Municípios.

Nirvia Ravena afirma que a defesa da região pelos portugueses estava asentada no binômio: “planejamento” e “improvisação” (p. 45). Não só no neste capi-

tulo primeiro, mas também nos outros três, Costa nos apresenta dados que ilustram esta improvisação. Dentre eles podemos enumerar: o Governo do Pará não tinha informações detalhadas do território (p. 52); em 1792, Francisco Coutinho pedirá a feitura de uma carta; a navegação do Amazonas e seus afluentes não era levada a sério; a fragilidade das estruturas políticas e administrativas portuguesas (p. 57); o descontrole nas terras fronteiriças (p. 135) e o quanto eram precárias as tentativas do Estado português em assegurar aqueles territórios em seus domínios (p. 161). O autor deixa no ar um “mote” (p. 70), que reverbera no texto: “A vontade dos governantes e dos planos de colonização estavam diretamente condicionados aos movimentos dos sujeitos sociais que viviam naqueles verdes labirintos” (p. 55).

“Que se formem escoltas e destruam esses mocambos”: fugas e milícias de capturas de trabalhadores escravizados nas terras do Cabo Norte é o título do segundo capítulo que trata da militarização da capitania do Grão-Pará, militarização que fracassou. As Milícias (me refiro ao período colonial!) eram formadas por pretos e índios, principalmente, para o controle social da população, para captura de escravizados fugidos e para destruir os mocambos. O texto percorre, ainda, as trilhas que levavam os fugitivos ao refúgio seguro das cabeceiras do rio Araguari (p. 124).

Apresento a seguir a precisa citação de Luiza Volpato (1993) que ilustra bem os problemas que ocorrem nas fronteiras.

Como em qualquer outra região onde existiu a escravidão, os cativos resistiram a submissão. A resistência se deu tanto na luta do dia-a-dia, em pequenos enfrentamentos, como na resistência declarada. A fuga foi sempre uma constante e adquiriu algumas feições peculiares. Os cativos que viviam na região do Guaporé, próximo à fronteira, atravessavam a linha demarcatória. Durante o período colonial, os negros recebiam estímulos das autoridades espanholas para cruzar a fronteira, sendo-lhe oferecida a liberdade. Em contrapartida, os portugueses procuravam atrair os índios hispano-americanos. Em algumas ocasiões, as autoridades coloniais se preocupavam em conter essas evasões e formulavam acordos de devolução. A fronteira, porém, apresentava-se como alternativa tanto para o escravo evadido como para o colono endividado que, sem condições de saldar seus compromissos, também fugia” (p. 124).

Pode informar o leitor da pioneira e inovadora tese de Volpato (1993) intitulada, *Cativos do sertão; Vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850-1888*.

Três tópicos me chamaram a atenção, o primeiro com relação à percepção política dos escravizados. “É significativo pensar que os escravos fugidos tinham uma leitura política própria dos tratados de extradição recíproca de escravos entre as autoridades metropolitanas de Portugal e França” (p.116). O que mostra que eles não viviam isolados do mundo. Um segundo tópico, que se faz presente em outras partes do texto é o tema da fronteira. Viver em territórios fronteiriços tem suas especificidades, a fronteira deve ser entendida como uma construção histórica, com seus sujeitos e dinâmicas próprias, permitindo, portanto, observar a fronteira muito mais como um espaço de disputa e negociação do que como uma linha demarcatória. Por outro lado, frente aos avanços e recuos das várias políticas coloniais (p. 123) as pessoas tocavam suas vidas. O reflexo dos avanços e recuos das várias políticas coloniais era sentido e vivido nas fronteiras. O terceiro tópico é uma constatação reiterada ao longo da tese: “na Guiana Portuguesa, mesmo tendo os governantes se esforçado para perpetuar o escravismo, o mesmo sempre esteve ‘por um fio’” (p.131). Estes três tópicos reverberam intensamente não só neste capítulo como na tese em geral.

O capítulo terceiro, *Expedições e viagens pelo Cabo Norte*, analisa relatos distintos quanto a forma de duas expedições ocorridas nas terras do Cabo Norte, priorizando a movimentação dos escravizados que viam nas fronteiras não só um refúgio seguro, mas um espaço para recomeçar a vida.

Na página 167, primeiro parágrafo o autor nos relembra um topos muito presente no período colonial no âmbito das relações dos portugueses com as populações nativas: o critério para classificar as etnias indígenas era a relação de proximidade ou desconfiança daquelas com os portugueses. Etnias amigas ou etnias inimigas. Contrás etnias inimigas podia-se fazer “guerras justas” (p.167). Uma das justificativas para escravizar o indígena brasileiro foi o de “guerra justa”, que vigorou mesmo no período que a Coroa promulgou leis protegendo os indígenas (1608-1680).

Em várias passagens da tese nos deparamos com menções ao olhar, ao ato de ver, como sinônimo de conhecer. Este deslocamento tem como base o verbo grego orao, que significa ver.

Escolhi dois tópicos para comentar. Costa afirma que um dos resultados dessas expedições era o caráter híbrido dos manuscritos (p.136). Esta afirmação, me levou a pensar na hibridação de linguagens, nesses processos de mestiçagens

que se davam nos objetos. Essas metamorfoses moveis e continuas, se constituem num autêntico contraponto ao que ocorria na Europa: afirmação da razão, ruptura do ser humano com a natureza. Daí a visão da natureza, da fauna, da flora, mas principalmente das pessoas presentes nesses manuscritos/ nesses relatos.

A segunda, é uma afirmação forte: “A posse e o controle das fronteiras – obsessão portuguesa –, dependiam muito mais das negociações e concessões a outros sujeitos históricos, como escravos fugidos e índios, do que dos aparelhos de controle do Estado” (p. 132). Afirmação, que aponta para uma certa impotência do Império para impor seus planos de controle, sem contar com a população.

De mãos dadas pela foz do rio Amazonas: as vilas Vistosa da Madre de Deus, Nova Mazagão e São José de Macapá é como Costa intitula o último capítulo de sua longa pesquisa. Nele, revista as três vilas criadas entre 1759- 1769 para formarem uma linha de proteção militar da foz do Amazonas: São José de Macapá – o principal povoado da Guiana Portuguesa, Vistosa Madre de Deus e Novo Mazagão. Oferecendo ao leitor informações preciosas, dando a ele oportunidade de estabelecer nexos com as temáticas apresentadas anteriormente.

Dentre as muitas questões assinaladas, aponto uma que considero importante: o historiador da resistência indígena e escrava deve ter em mente a conjuntura e as circunstâncias locais. O conceito de resistência emerge com força neste capítulo. No fundo, aponta para a importância de jamais destituir de suas historicidades o ocorrido, as intervenções e os personagens. Costa amplia o conceito de resistência ao tomá-lo em suas historicidades.

Ponto, ainda, que o capítulo nos dá a conhecer vilas complexas móveis – cheias de contradições no seio das quais os indivíduos aparecem como protagonistas. Destaco uma categoria presente transversalmente no texto. A da mobilidade. Ela aponta para as relações aí engendradas.

Para o Governador Pereira Caldas, uma das razões do atraso da Vila Vistosa da Madre de Deus era o fato de boa parte de seus moradores serem degredados (p. 213). Uma das pesquisas mais amplas sobre degredados é de Geraldo Pieroni (2000): *Os excluídos do reino*. No Programa de História da PUC, temos a dissertação de mestrado de Sidnei Torres (2006), intitulada *O cárcere dos indesejáveis: degredados na Amazônia portuguesa (1750-1800)*. Um artigo pioneiro que merece ser referido é de Emilia Viotti da Costa, intitulado *Primeiros povoadores do Brasil: o problema dos degredados* (1998). Gostei muito das ilustrações cartográficas e da discussão demográfica.

Neste capítulo, Costa extrai da documentação a emergência das populações locais, que com suas ações “negociaram e muitas vezes submeteram as políticas e as estratégias da Coroa” (p. 201). Afirmação importante que reafirma uma vez o protagonismo das populações da região. Este é um dos ganhos da tese retirar do silêncio a população do Cabo Norte.

Buscamos nesta tese acompanhar as escolhas de vida de alguns sujeitos que ajudaram a construir as várias faces do território fronteiro nas Guianas Francesa e portuguesa e que transformaram a região entre os rios Oiapoque e Araguari não só no lugar das suas sobrevivências, mas também das suas vivências. Nós nos detivemos, principalmente, nos sujeitos que foram submetidos ao trabalho escravo, boa parte deles oriundo de lugares da costa ocidental africana, principalmente de Angola, pelo menos nos documentos por nós pesquisados (p. 228).

Em verdes labirintos dá uma contribuição significativa não só para a historiografia regional, como para uma historiografia geral.

Breves pontuações finais

A minuciosa pesquisa realizada por Paulo Costa ajuda o leitor a construir uma interpretação distinta na qual não se leva em conta apenas o Estado Português, mas outros sujeitos, extremamente importantes. Sujeitos que muito raramente aparecem na documentação e na correspondência oficial. Um sub-tema importante é o das fugas. Flávio Gomes tem afirmado que: “as comunidades de fugitivos proliferaram no Brasil como em nenhum outro lugar, exatamente por conta da capacidade deles de se articularem com as lógicas econômicas das regiões vizinhas” (GOMES, 2018, p. 368). Os mocambos próximos da região de fronteira norte mantinham um forte comércio com os franceses, comerciando, especialmente, farinha.

A questão indígena ficou na sombra, no entanto ela é também significativa. Um caminho aberto para esta abordagem seria analisar a atuação das ordens religiosas na região, em especial, da Companhia de Jesus, que teve uma presença marcante nos séculos XVII e XVIII. A historiografia recente tem explicitado como os jesuítas se envolveram no projeto de implantação colonial lusitano no Brasil e em especial na Amazônia. E falar de jesuítas na Amazônia é referir, também, ao mundo indígena. Finalizo, trazendo, a epígrafe escolhida pelo autor, pois ela desvela intencionalidades presente no texto.

A história precisa ser reescrita a cada geração, porque embora o passado não mude, o presente se modifica, cada geração formula novas perguntas ao passado e encontra novas áreas de simpatia à medida que revive distintos aspectos das experiências de suas predecessoras (Cristopher Hill).

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Rita Heloisa de. *O Diretório dos Índios*. Um projeto de civilização no Brasil do século XVIII. Brasília: UNB, 1990.
- BUZZATI, Dino. *O deserto dos Tártaros*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- COSTA, Emília Viotti da. Primeiros povoadores do Brasil: o problema dos degredados. In: *Revista Textos De História*, v. 6, n. 1-2, 1998, p. 77-101 [1950].
- GOMES, Flávio dos Santos. Verbete Quilombos/Remanescentes de Quilombos. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- PIERONI, Geraldo. *Os excluídos do Reino*. Brasília: Imprensa Oficial/ UNB, 2000.
- SOUZA, Roseana Silveira de. “O cidadão e a Poranga”: A peleja de Vicente Salles contra a exclusão do negro na História do Pará. Tese (Doutorado em História). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2014.
- TORRES, Sidnei Maria de Souza. *O cárcere dos indesejáveis: degredados na Amazônia portuguesa (1750-1800)*. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.
- VIDEIRA, Piedade Lino. *Marabaixo, dança afrodescendente: significando a identidade étnica do negro amapaense*. Fortaleza: Edições UFC, 2009.
- VOLPATO, Luiza. *Cativos do sertão: Vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850-1888*. São Paulo: Marco Zero, 1993.

¹ Tese defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e, 10 de abril de 2018. Participaram da banca os professores doutores Fernando Torres Londoño (Orientador); Alberto Luiz Schneider, Janaina Valeria Pinto Camila, Sidney da Silva Lobato e Ênio José da Costa Brito.

² Passaremos a indicar apenas as páginas da tese que se encontra disponível na Biblioteca Virtual da PUCSP.

Recebido em 25/03/2019, aceito para publicação em 12/04/2020.